

**VECTORES DA POLÍTICA EXTERNA
DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO
DE MOÇAMBIQUE (1962-1975)**

Sérgio Vieira

INTRODUÇÃO

A política externa de um país ou de um partido é um resultado essencial das concepções, perspectivas, objectivos e limites da acção prosseguida. Ela combina o dever ser, o querer ser, com o que é possível ser. Obedece a interesses de classe e outros, a concepções filosóficas, ideológicas, como também se subordina no plano nacional e externo a imperativos económicos, militares e estratégicos. Ela desenvolve-se na tensão entre os objectivos e os meios da política, tornando-se por isso um dos critérios de avaliação da independência e da consequência.

Quisemos no Centro de Estudos Africanos iniciar uma linha de investigação sobre a política externa da República Popular de Moçambique.

Moçambique completou doze anos de independência. Contrariamente à maioria dos estados soberanos do continente, ou mesmo da comunidade das nações, a independência neste caso resulta directamente de uma luta armada de libertação nacional, dirigida por uma única força política, a Frente de Libertação de Moçambique — FRELIMO. Estes primeiros anos de independência e o tempo da luta de libertação estão de tal modo próximos, que em muitos casos, são os mesmos homens que dirigiram o primeiro processo, quem comanda o segundo. É necessário então na abordagem da política exterior moçambicana que se busque na política externa da Frente, os dados que permitem a leitura do presente.

Sabemos pela História que Moçambique é uma entidade recente, resultante das manipulações e correlações de força entre as potências coloniais e imperialistas do século passado. Embora formações paraestatais ou estados tivessem existido em partes do território actual, nenhum deles alguma vez cobriu a totalidade do espaço moçambicano, ou reivindicou a representatividade do país. Muito dos estados pré-coloniais cobriam apenas certas parcelas do território presente, ou estendiam-se sobre parte de Moçambique e do que são hoje estados vizinhos. Finalmente, a natureza da conquista colonial e da resistência

oposta, determinaram a destruição do poder e, muitas vezes, a eliminação física ou exílio dos dirigentes e representantes mais autorizados das classes dominantes. Assim, entre Moçambique pré-colonial e o presente, a solução de continuidade é dada pela memória que os homens têm da história e os pesos sociológicos dos laços familiares, clânicos e tribais. Nenhum destes elementos sendo decisivo em termos de acção política contemporânea, prescindimos da investigação sobre a política externa desses estados para os efeitos da presente análise.

Situamos o ponto de partida da nossa investigação com a criação da Frente de Libertação de Moçambique há vinte e cinco anos atrás.

Tentaremos nesta apresentação confrontar as definições dadas pela Frente com a sua prática internacional, situar os eventos no contexto nacional, regional, continental e mundial.

Deste conhecimento retiraremos as características da política da Frente de Libertação de Moçambique, para avaliar os graus de independência e consequência dessa política. Apreciaremos a eficiência da acção extraíndo igualmente os elementos que moldam a política externa de Moçambique.

Apresentam-se os princípios da política externa moçambicana, no período que se sucede à constituição da Frente para, de seguida, se abordar a evolução dessas definições na prática.

Assim, numa primeira parte, procuraremos apreender os princípios na sua génese, a partir dos objectivos globais enunciados no Primeiro Congresso em 1962. Avaliaremos os contextos da situação em que se encontrava a Frente e como eles influíram nessa definição. Numa segunda parte estudar-se-á como o binómio objectivos e meios se afirma na praxis da política externa.

I. PRINCÍPIOS DE POLÍTICA EXTERNA E SUA GÉNESE

Em 25 de Junho de 1962 constituiu-se a Frente de Libertação de Moçambique resultante da fusão das três organizações nacionalistas então existentes: União Democrática Nacional de Moçambique — UDENAMO, União Nacional de Moçambique Independente — UNAMI, Mozambican African National Union — MANU. Em Setembro, em Dar-es-Salaam, realiza-se o I Congresso da Frente em que se aprovam os Estatutos e Programa, elege-se o Comité Central, definem-se as bases essenciais da política da Frente.

Em 1961, aquando das eleições legislativas para a Assembleia Nacional Portuguesa, um grupo liberal de brancos, de origem moçambicana ou radicados em Moçambique, propõe na sua

plataforma eleitoral o princípio do direito à autodeterminação e Independência para Moçambique e os territórios coloniais portugueses. O Governo invalida essas candidaturas, afirmando que elas pugnavam princípios anticonstitucionais, *muito embora nos termos da legislação e da Constituição a Assembleia, a ser eleita em 1961, tivesse poderes constituintes.*

Em 1961, em Fevereiro, Angola pega em armas para contestar a dominação colonial. O governo português, alguns meses depois, decide queimar a fortaleza de S. João Baptista de Ajudá, numa afirmação absurda de recusa da transmissão dos direitos soberanos ao povo do então Daomé. Em Dezembro de 1961, após mais de uma década infrutífera de esforços para pacificamente liquidar o contencioso colonial, o governo indiano expulsa, **manu militari**, as autoridades e tropas portuguesas dos territórios de Goa, Damão e Diu.

Estes acontecimentos sucedendo-se a massacres nos outros territórios coloniais portugueses e em Moçambique, forçoso era portanto concluir que o governo recusava obstinadamente pôr termo ao colonialismo. O I Congresso aprovará, por isso mesmo, o princípio da eliminação do colonialismo por todos os meios. Em consequência, a direcção iniciou o programa de formação de quadros para o desencadeamento da luta armada, o que constitui a primeira grande linha de trabalho.

A situação da educação era particularmente retrógrada em Moçambique, mesmo face ao restante panorama colonial. A taxa de analfabetismo era superior a 98 por cento. De acordo com as estatísticas governamentais as escolas primárias oficiais tinham cerca de 5000 alunos negros. Nos termos da Concordata de 1940 e do sequente Acto Colonial, o governo português confiara às missões católicas o monopólio da educação dos "indígenas". Na prática, a educação por parte das missões, fundada no proselitismo religioso, visava exclusivamente o ensino do catecismo e a submissão ao sistema colonial. O então Cardeal-Arcebispo de Lourenço Marques D. Teodósio Clemente de Gouveia publicamente afirmará que o objectivo das escolas missionárias era ensinar ao "indígena" a grandeza da Nação que o governava, além de lhe fazer aprender a ler, escrever e contar.

Relativamente à preparação para uma inevitável luta armada, o programa da educação passou por isso a constituir a segunda direcção de trabalho segundo as análises do I Congresso.

Para levar a cabo o programa da luta armada e de educação e em função dos meios que possuía, a Frente tinha de recorrer a apolos externos.

O programa de actividade externa torna-se, assim, a terceira prioridade de trabalho. Esta é exigida também pelo Imperativo

de desmistificar a propaganda colonial, acerca dos idílicos valores da **pax lusitana** e demonstrar a vontade e capacidade do povo moçambicano em assumir a direcção dos seus destinos.

As delegações enviadas ao exterior com Eduardo Mondlane, Marcellino dos Santos e outros dirigentes, tal como as primeiras missões instaladas a partir de 1963, em Argel e no Cairo, reflectem estas preocupações e propõem-se atingir estes objectivos.

Desde o princípio, a prática da política externa da FRELIMO surge como um complemento indispensável à sua acção interna, como um reflexo da sua estratégia geral.

O objectivo essencial é a independência total e completa. Esta resultará do combate de todo o povo para libertar o país inteiro. A definição de povo desde o início e a prática que se segue o demonstra, exclui os conceitos de etnia, região, raça, cor. Por isso mesmo, no nome da própria Frente está ausente a palavra "africano", que figurava na designação das organizações que deram origem à FRELIMO, porque na leitura política que se dava a este termo na região, ele podia ser interpretado como sinónimo de "negro".

Independência total e unidade nacional, são as duas faces da mesma moeda moçambicana que a Frente se propunha cunhar.

A eliminação do colonialismo e dos seus vestígios e a construção de uma sociedade não-racial, surgem como corolário do princípio da independência total e completa e do conceito de povo moçambicano unido. Este conceito contrapõe-se à tese do multirracismo propagado pelo colonialismo português. O multirracismo é a afirmação da existência de uma raça branca messianicamente tutelar, face a uma raça negra histórica e geneticamente condenada a ser tutelada porque incapaz, atrasada, obrigatoriamente fraccionada e dilacerada por conflitos sangrentos e permanentes.

O conceito da sociedade não-racial afirma que da diversidade de etnias e raças emerge um único povo que, como tal, se afirma e realiza no processo de libertação nacional e na construção da sociedade nova.

Por isso a FRELIMO é portadora de um novo conceito de sociedade na região. Uma sociedade que é gerada por um projecto comum de todos os moçambicanos, empenhados num mesmo combate que, a partir das heranças históricas e culturais e na dialéctica da luta, criam com a nova História uma nova cultura.

É dentro destes contextos que se interpreta a afirmação programática da eliminação do colonialismo e dos seus vestígios, do corte do cordão umbilical em relação à metrópole colonial e da criação de um novo tipo de civilização na África Austral, frequentemente mencionados por Samora Machel. Para a FRELIMO é a luta a incubadora da nação, a matriz da História. É nos con-

ceitos de classe e de luta de classes aqui subjacentes, que a FRELIMO vai precisar finalmente a definição do inimigo e do aliado, a estratégia e tática do combate libertador. Assim, a FRELIMO, embora confrontada com a intransigência belicista do colonialismo português, aprovará no I Congresso a Mensagem ao Povo Português, que nela é definido como amigo e aliado. A mensagem reafirmava ainda a vontade de pôr termo, por via negociada, ao conflito colonial, objectivo que só foi possível materializar em 1974.

As definições políticas do I Congresso e a acção da Direcção daí resultante têm lugar num momento histórico preciso e numa realidade geográfica determinada.

O colonialismo português manifestava-se, na segunda metade do século XX, como a forma mais retrógrada de dominação colonial em África. A configuração do sistema colonial português, a sua metodologia e objectivos, eram determinados tanto pelo baixo nível de desenvolvimento económico e social da metrópole colonial, como pelas concepções fascistas da elite dominante. Contrariamente a outras potências coloniais em África, Portugal bloqueava nos seus territórios o processo de industrialização, a mecanização agrícola, a exploração mineira, do mesmo modo que impedia a alfabetização e a educação dos chamados indígenas.

As formas económicas retrógradas eram acompanhadas de formas fascistas de governação, agravadas pelo racismo inerente a todo o sistema colonial. O fascismo, implantado em Portugal no início dos anos 30, implicou nas colónias a repressão e supressão de um incipiente movimento sindical e de uma imprensa liberal e anticolonialista. A actividade política e sindical passou a ser vedada para a própria população branca, fora dos moldes fascistas. A imprensa fica submetida a uma rígida censura prévia, que só termina com a queda do fascismo.

Sem excepção e contrariamente à experiência de todos os outros países africanos, nenhuma colónia portuguesa conheceu formas legais de actividade política ou sindical, sobretudo a partir da implantação do fascismo em Portugal.

As organizações políticas em Moçambique, como nos outros territórios coloniais portugueses, nascem e existem exclusivamente na clandestinidade e no exílio. As contestações pacíficas contra o sistema colonial são objecto de imediata repressão sangrenta, de massacres, como são os casos de S. Tomé, Pídiguiti, Icolo-Bengo e Mueda.

As formas armadas de libertação foram a excepção nos processos de descolonização em África da França, Grã-Bretanha, Bélgica e Espanha. A guerra da Argélia e a insurreição armada do Quénia, conduziram as potências coloniais à busca de formas

políticas e negociadas de descolonização. O colonialismo português foi o único que teve que ser contestado e derrubado pela via das armas em todos os seus territórios coloniais à excepção dos territórios insulares de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe onde todavia já se perspectivava a luta armada quando o colonialismo foi derrubado. Ao forçar à clandestinidade e ao exílio toda a actividade política e ao recorrer ao massacre como método de repressão, o colonialismo português impôs aos povos que dominava, a luta armada como única solução.

Um segundo factor específico, no caso de Moçambique, é o da contestação colonial ter lugar na África Austral, bastião da dominação branca no continente. Quando a FRELIMO se formou apenas o Tanganyika e o Congo (hoje Zaire) são independentes na zona. A hegemonia racista e colonialista, embora contestada é dominante. A FRELIMO constituiu-se, todavia, na época histórica da descolonização, quando a maior parte dos países africanos já acedera à soberania, quando a solidariedade africana, afro-asiática, os não-alinhados e os países socialistas impunham a descolonização como questão prioritária em todas as agendas internacionais.

De particular importância no momento da formação da FRELIMO, foi o facto de que as outras potências coloniais europeias tinham já acedido a implementar o direito à autodeterminação e independências dos territórios coloniais. Portugal não podia fazer jogar a seu favor a solidariedade colonialista. Na defesa de uma posição intransigente, Portugal que se proclamava defensor do Ocidente, viu-se ideologicamente obrigado a declarar a posição de «orgulhosamente só», face ao que chamava a «traição do Ocidente», que abandonava a África e a sua missão histórica. Portugal que para efeitos de propaganda, precisava de se afirmar como anti-racista, aliava-se com os sistemas racistas da África Austral.

Do ponto de vista político e ideológico, o colonialismo português apresentava-se isolado dos seus aliados reais e potenciais da cena internacional.

Particularmente importante em termos desse isolamento, foi a posição assumida pelo Governo americano. A administração Kennedy condena Portugal nas Nações Unidas, e, no Conselho de Segurança, vota a favor do embargo de armas para as guerras coloniais portuguesas.

Os Estados Unidos que tinham saído da II Guerra Mundial sem quaisquer destruições no seu território e, comparativamente a outros países, com perdas humanas moderadas, estão em condições de consolidar o seu papel de dirigente do ocidente e a sua hegemonia económica. Estes interesses, conjugados com a tra-

dição liberal herdada da Guerra da Independência e da Guerra de Secessão, determinavam a matiz anticolonial da política de Kennedy.

O degelo da guerra fria contribui para que finalmente os Estados Unidos tivessem surgido condenando, em simultâneo com a União Soviética, o colonialismo e o racismo. Assim, o princípio da descolonização é de algum modo retirado da confrontação ideológica e estratégica entre as duas principais potências.

O início da luta anticolonial da FRELIMO coincide com este momento histórico, em que os interesses económicos e estratégicos do Ocidente, permitiam tendencialmente uma abertura à causa do anticolonialismo e do anti-racismo. Esta abertura, relativa, reduz-se nos anos seguintes com o começo do envolvimento americano na guerra do Vietname, os compromissos ocidentais com Israel e sobretudo a acção de bloqueamento do processo patriótico libertador do lumumbismo no antigo Congo Belga. Mais importante na viragem ocidental foi a aliança prática e real entre interesses económicos e círculos militares do Ocidente com os regimes racistas e colonialistas na África Austral.

A Frente de Libertação de Moçambique viu-se forçada a distinguir neste período e em função da prática, entre as forças anticoloniais e anti-racistas consequentes e as forças que, em função de interesses próprios, aceitavam apoiar Portugal, a África do Sul e a Rodésia, muito embora, verbalmente, condenassem a política destas potências. Os militantes da FRELIMO, o corpo político, sente que o anticolonialismo e o anti-racismo não podem ser consequentes fora da dimensão anti-imperialista.

É na África anti-imperialista, a Argélia em 1963, e o Egipto a seguir, que são treinados militarmente os primeiros quadros da FRELIMO. A URSS, a Checoslováquia, a China fornecem, após a Argélia, os primeiros contingentes de armas e munições. A partir de 1965, a URSS e particularmente a China no campo militar de Nachingwea, treinam a quase totalidade dos quadros que são enviados para o exterior.

As organizações internacionais anti-imperialistas são as primeiras a reconhecer e a aceitar a participação da FRELIMO como membro pleno. É o caso da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, o Conselho Mundial da Paz, a Federação Mundial da Juventude Democrática, a União Internacional dos Estudantes, a Federação Democrática Internacional das Mulheres, etc.

Desde a sua criação, embora dando a maior importância ao relacionamento internacional, a FRELIMO todavia prioriza neste quadro o relacionamento com os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas e da África Austral. O I Congresso aprova resoluções sobre a CONCP (Conferência das Organiza-

ções Nacionalistas das Colónias Portuguesas) e o PAFMECSA (Movimento Pan-Africano para a Libertação da África Oriental, Central e Austral).

O relacionamento com o PAFMECSA foi efémero dada a sua sequente extinção. O relacionamento com a CONCP prolongou-se no tempo, até resultar, após a independência das antigas colónias portuguesas, na constituição do Grupo dos Cinco. O relacionamento com as principais organizações políticas da região austral do continente manteve-se, floresceu e muito contribuiu para o surgimento e consolidação de entidades de colaboração estatal, como o grupo dos Países da Linha da Frente ou a SADCC.

A definição do inimigo como sendo o regime colonial e a sua distinção do povo português feitas pelo I Congresso levaram a FRELIMO, desde o início, a um esforço de aproximação e cooperação com as forças democráticas e anticolonialistas em Portugal e noutros países ocidentais.

O facto de as forças políticas portuguesas só poderem agir na clandestinidade dificultou um relacionamento e apoio prático eficientes.

Em contrapartida, a Frente recém-formada encontra um acolhimento favorável e um apoio real e prático da parte de diversas organizações políticas, religiosas e sociais na Grã-Bretanha, na Holanda, nos países nórdicos, nos Estados Unidos. Importa aqui salientar o apoio financeiro que em 1963/1964 levou a construção dos edifícios do Instituto Moçambicano e ao apetrechamento de um centro de formação de enfermeiros, que constituíram o ponto de partida dos programas de educação e saúde da FRELIMO, ao acolherem os primeiros estudantes do ensino secundário e de enfermagem.

Com a aproximação do desencadeamento da luta armada de libertação nacional a FRELIMO, no seu relacionamento internacional, prioriza esta preocupação. Abrem-se missões nos países africanos que dão treino militar, a Argélia e o Egipto, multiplicam-se as delegações aos países socialistas que fornecem armas e munições e treinam quadros.

A FRELIMO dá grande importância à coordenação entre os movimentos que lutam contra o colonialismo português participando activamente na CONCP. A Tanzânia, a Zâmbia, o Malawi, os protectorados da Bechuanalândia e Suazilândia surgem como zonas fundamentais da acção política e diplomática da FRELIMO. A evidência é que a FRELIMO nunca abandona a prioridade estratégica, que então define como fundamental, de um bom relacionamento com os países vizinhos. Por isso ela nunca aparecerá em público a criticar ou a denunciar acções desses vizinhos, mesmo quando elas atingem os seus interesses. É o caso por

exemplo do apoio das autoridades do Malawi aos serviços policiais e às forças armadas portuguesas na luta contra a FRELIMO.

Directamente, ou pelo canal do Instituto Moçambicano, a FRELIMO procura atingir um vasto leque de organizações políticas, religiosas e sociais dos países ocidentais. Onde o movimento de libertação, empenhado numa luta armada, não é susceptível de ser bem recebido, faz então a FRELIMO chegar o Instituto Moçambicano que, vocacionado para missões humanitárias e sociais, aí encontra acolhimento e apoios materiais concretos.

Nas Nações Unidas onde se desenrola a batalha para retirar a Portugal o direito de governar e representar os povos colonizados, a FRELIMO intensifica a sua acção, tornando-a constante, abrindo em 1965 uma representação. No Comité de Descolonização, no Comité dos 24, a FRELIMO está sempre presente, através dos "peticionários".

A partir de 1963, com a formação da OUA e, sobretudo do Comité de Libertação, desenvolve-se uma relação constante e íntima com o organismo continental. A FRELIMO contribui para que o Comité de Libertação se instale em Dar-es-Salaam, de maneira a garantir um acompanhamento directo da luta de libertação.

Assim, entre Setembro de 1962, data da realização do I Congresso, e Setembro de 1964, início da luta armada, foram definidos e consolidados os fundamentos da política e estratégia da FRELIMO e, conseqüentemente, também os fundamentos da sua política externa. No âmbito internacional, o I Congresso preconizou:

- a colaboração com os povos de todo o Mundo na base do respeito mútuo, da soberania nacional e integridade territorial, não-agressão e não-ingerência nos assuntos internos, igualdade e reciprocidade de vantagens e coexistência pacífica;

- a interdição de bases militares estrangeiras no território nacional;

- a não-adesão a blocos militares;

- a colaboração na unificação de todos os povos de África, na base do respeito, liberdade, dignidade e do direito ao progresso político, económico e social desses povos;

- o respeito pelos princípios da Carta da ONU.

II. A PRÁTICA DE UMA POLÍTICA EXTERNA NA TENSÃO ENTRE OS OBJECTIVOS E OS MEIOS

Em 25 de Setembro de 1964 a FRELIMO desencadeia a luta armada de libertação nacional. A passagem à luta armada determina o surgimento de novos problemas e a procura de meios para os resolver.

Trata-se numa primeira fase de consolidar a luta o que, em termos da estratégia da guerrilha moçambicana, significa a extensão da luta a novas frentes e a transformação de diferentes zonas em bases de apoio. Quer-se, nas zonas donde desapareceu a administração e mesmo a presença militar portuguesa permanente, designadas como zonas semilibertadas, implantar-se novas estruturas do poder e introduzir-se novas relações sociais de produção, em resumo, criar-se as zonas libertadas.

Neste processo complexo surgem contradições no seio da Frente, que reflectem o antagonismo de interesses e de concepções sobre o tipo de sociedade a ser forjado pela luta.

Há elementos que, no combate ao colonialismo, procuram preservar no seu interesse, formas feudais e capitalistas de poder e de exploração. A eles se opõem os que inserem o combate contra o colonialismo no combate global contra a exploração do homem e por isso se propõem instaurar uma nova sociedade.

O conflito até então latente e que terá um clímax sangrento com o assassinato do Presidente Mondlane e outros dirigentes, surge em primeiro plano quando a luta armada permite o recomeço da actividade produtiva e exige a implantação de estruturas de direcção locais.

O II Congresso em 1968 e as sessões do Comité Central, em Abril de 1969 e Maio de 1970, são momentos centrais na resolução das contradições. Os principais dirigentes da corrente designada como sendo a dos "novos exploradores" rompem com a FRELIMO para a combaterem. Uns, como Nkavandame e Murrupa, fazem-no nas fileiras do colonialismo português, para onde desertaram, outros, como Simango e Gwengere, no seio de organizações políticas para isso criadas e apadrinhadas pelo colonialismo.

Os conflitos no seio da Frente, a prática de direcção do processo de organização da sociedade, a reflexão daí resultante, conduzem a um aprofundamento das definições políticas e ideológicas. Este aprofundamento é definido pela FRELIMO como desencadeamento da revolução democrática popular, no processo da libertação nacional e do completamento da revolução democrática nacional.

As zonas libertadas levam a direcção da Frente e o seu aparelho a assumir as funções de direcção e aparelhos estatais.

Não apenas na sua linguagem política mas, principalmente no seu comportamento, a FRELIMO passa a dar novo ênfase à sua afirmação como representante legítimo e único do povo moçambicano soberano. Na sua acção política, ela intensifica a batalha pelo reconhecimento jurídico e diplomático deste estatuto, afirmando a qualidade de sujeito para o povo que representa.

Já em 1963, após a formação da OUA e quando, até com boas intenções, certas correntes dentro da organização, à margem do movimento de libertação, se propunham a negociar com o Governo português o futuro dos territórios coloniais, a FRELIMO opôs-se terminantemente, tendo o Presidente Eduardo Mondlane comunicado ao secretariado da OUA, que a FRELIMO não reconheceria, nem aplicaria qualquer acordo em que não tivesse participado e assim afirmado os interesses do povo que representa. Esta posição da Frente conduziu noutros momentos a tensões com certas teses pan-africanistas e internacionalistas de libertação. A FRELIMO, face ao conceito de um exército continental ou de Revolucionários internacionalistas que libertaria os povos, afirmava que os moçambicanos eram suficientemente numerosos e capazes de combater pela libertação do seu país e que a ajuda a ser dada devia ser a que era solicitada: meios materiais.

A FRELIMO recusou que o povo deixasse de ser sujeito da sua própria libertação e fosse reduzido a um mero papel de objecto de solidariedade e de libertação.

Antes do início da luta armada era frequente a confusão entre refugiados e combatentes da liberdade. Na sua fase inicial, a OUA, na prática, tratava os movimentos de libertação como grupos de refugiados que careciam de tutela e deviam aguardar as decisões e acções de África. No seio da OUA são poucos os que dignificam o Movimento de Libertação. Fazem-no países como a Argélia, que se bateram de armas na mão pela sua independência e a Tanzânia que, vizinha da luta moçambicana, apreende a dimensão real do conflito e a capacidade e representatividade da força que dirige a causa libertadora.

A FRELIMO, com o MPLA e o PAIGC empreendem um longo combate para que política e juridicamente se reconheça no movimento de libertação a qualidade de representante legítimo do povo colonizado e se retire à potência colonial essa prerrogativa.

O combate tem como corolário a afirmação que só o movimento de libertação, com legitimidade conquistada na luta popular, tem o direito de falar e decidir em nome do povo. Este combate exige que o movimento de libertação seja tratado como o parceiro maior e decisivo em tudo que diz respeito ao povo que representa.

Este combate é complexo e longo e só em Janeiro de 1973, em Accra é que, pela primeira vez, o movimento de libertação assiste e participa em todas as deliberações do Comité de Libertação. Antes disso, nas sessões do Comité, os movimentos apareciam como "peticionários", chamados à sala para apresentar as suas posições e responder a perguntas, devendo depois sair.

A evolução é idêntica no seio das Nações Unidas e doutras organizações governamentais internacionais. Na década de 70

e em particular com base no prestígio internacionalmente conquistado pelas lutas da FRELIMO, MPLA e PAIGC, a Assembleia Geral da ONU reconhece ao movimento de libertação a qualidade jurídica de representante legítimo do povo e atribui-lhe então o estatuto de observador no seio da organização.

O relacionamento bilateral com os diferentes estados e partidos sofre igualmente uma evolução. De um modo geral durante os anos sessenta, chefes de Estado e de Governo em África não recebem os dirigentes dos movimentos de libertação, à excepção dos países limítrofes de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, que o fazem por opção política ou força das circunstâncias. Nos países socialistas, igualmente, o relacionamento durante esta década é de um modo geral ao nível dos comités de solidariedade e de funcionários médios do aparelho do Comité Central.

Os primeiros encontros que a FRELIMO realiza ao mais alto nível são em 1971, com os Secretários-Gerais dos Partidos Comunistas da Bulgária, da Roménia, do Partido do Trabalho da Coreia, com os Primeiros-Ministros da República Popular da China e da República Democrática do Vietname.

A questão da representatividade da FRELIMO, resolvida a partir do início da década de 70, foi decisiva no quadro da batalha política com o colonialismo português no momento da sua agonia.

Em 1974, após a queda do regime fascista em Portugal, a confrontação política entre a FRELIMO e o governo português realiza-se em torno de três temas fundamentais:

1. O reconhecimento do direito incondicional à independência imediata e completa.
2. O reconhecimento da FRELIMO como único e legítimo representante do povo moçambicano.

3. A aceitação por Portugal da transmissão dos poderes que ainda exerce à FRELIMO, como representante do povo.

O fracasso das negociações de Lusaka em Junho de 1974 e o prolongamento da guerra até Setembro do mesmo ano, resultam exclusivamente da incapacidade portuguesa de aceitação destes princípios e da tentativa de certas forças em procurar, de algum modo, salvaguardar os privilégios coloniais.

Os representantes das correntes colonialista e neocolonialista na direcção portuguesa, esforçam-se por marginalizar a FRELIMO do culminar do processo de libertação. Fazem-no por diversas vias, desde a afirmação de uma dicotomia entre a FRELIMO "de dentro" e a FRELIMO "de fora", a "FRELIMO política" e a "FRELIMO militar", até à criação de uma multitude de grupos políticos, que têm em comum a reivindicação de um ideal político idêntico ao da FRELIMO, mas rejeitando a luta

armada. Nesta manobra, o colonialismo português vai ao ponto de procurar utilizar como intermediários, prisioneiros políticos membros da FRELIMO, libertados após o golpe de 25 de Abril. A FRELIMO rejeita, declarando que os seus militantes não podem ser utilizados como porta-vozes do colonialismo e que Portugal sabe muito bem onde e como contactar a FRELIMO.

A acção diversionista é iniciada ainda antes da queda do fascismo em Portugal, quando personalidades ligadas a círculos económicos e financeiros do colonial-fascismo, pretendem levar a FRELIMO a depor as armas, em troca de um vago projecto de independência, com um governo de coligação em que a FRELIMO seria representada minoritariamente, através de simpatizantes não comprometidos com a guerrilha. Este projecto, para o seu sucesso, explorava a legítima vontade de paz que sempre fora afirmada pelos países limítrofes.

É na recusa do reconhecimento da FRELIMO e do direito à independência do povo moçambicano que, de armas na mão, já se batia há uma década, que se fundamentam as posições do Governo português afirmadas em Lusaka em Junho de 1974: a obtenção de um cessar-fogo **de jure** ou **de facto**, sem prévio acordo de resolução política do conflito; referendo para apurar a vontade do povo acerca da independência. O governo afirma que o cessar-fogo é indispensável para consolidar a democracia, restaurar a economia. Só na sequência destas acções se poderia descolonizar. A delegação portuguesa afirma que levantar a questão da descolonização dividiria o governo e que fracassar na obtenção do cessar-fogo, provocaria a sua queda.

Samora Machel responde que não compete ao proprietário de escravos perguntar a estes se pretendem ser livres, sobretudo quando já pegaram em armas para se emancipar. Ele declara que o cessar-fogo só pode resultar de um acordo sobre a matéria de fundo. A causa da guerra sendo a recusa de descolonizar, a persistência na recusa implicaria necessariamente a continuação da guerra. Samora Machel afirmará que o colonialismo é a coramina que revitalizará o fascismo agonizante e que a descolonização é indispensável à consolidação da própria democracia em Portugal.

A propaganda colonial tenta então apresentar a FRELIMO como intransigente e belicista. Fracassa. As posições firmes da FRELIMO, de rejeição destas e doutras manobras coloniais, são publicamente explicadas e encontram apoio na Cimeira da OUA em Mogadíscio. Aí é afirmado o carácter representativo da FRELIMO e a África apoia as posições por ela enunciadas.

A questão da descolonização está no cerne das causas que levam à queda do primeiro governo pós-25 de Abril em Portugal. O movimento das Forças Armadas decide, ele próprio, negociar para pôr termo à guerra colonial e assim realizar o objectivo que

levara à sua criação. Aquino de Bragança desempenha, encarregado pela FRELIMO, um papel fundamental no estabelecimento do contacto e do diálogo entre a Frente e o MFA, a força que em Portugal detinha o poder real de decisão.

Em 7 de Setembro, em Lusaka, reconhecidos o direito à independência e a representatividade da FRELIMO, são assinados os acordos de transmissão de poderes e de cessar-fogo.

A representatividade da FRELIMO é consagrada pelos Acordos de Lusaka.

O governo de transição que se constitui é um governo da FRELIMO, com um Primeiro-Ministro da FRELIMO, onde participam minoritariamente elementos designados por Portugal (*), com o objectivo de garantir a transmissão dos poderes e o acesso ordeiro à independência.

A Constituição do novo Estado que entra em vigor em 25 de Junho de 1975 é preparada pela FRELIMO e aprovada pelo seu Comité Central reunido na 7.ª Sessão no Tofo. É o Presidente da FRELIMO quem proclama, em nome da FRELIMO, a independência nacional. Os representantes de Portugal assistem às cerimónias apenas na qualidade de convidados. Como escreveu Aquino de Bragança, Portugal não descolonizou em Moçambique, apenas transmitiu os poderes que detinha (**).

Os círculos saudosistas do colonialismo organizam um golpe de força na capital da colónia, no mesmo momento em que se assinam os acordos em Lusaka. Trata-se de uma tentativa de última hora para organizar um levantamento de colonos que trave o processo de independência e, em paralelo, desencadeie a sublevação da direita em Portugal, numa repetição caricatural do 13 de Maio gaullista.

A acção da FRELIMO através dos guerrilheiros que cercam todas as bases militares portuguesas e da população da capital, conjugada com a reacção positiva das forças democráticas da metrópole colonial e dos sectores anticoloniais das Forças Armadas Portuguesas neutralizam a intentona.

Este esforço desesperado do colonialismo encontra apoio e receptividade no seio do regime racista da Rodésia que, isolado internacionalmente, procura através de uma política aventureirista prolongar a sua existência. A África do Sul de J. B. Vorster, que se preocupa com o desmoronar das suas linhas de defesa estratégica fora do país e por isso busca uma respeitabilidade

(*) São três elementos os designados por Portugal, dois deles moçambicanos e simpatizantes da FRELIMO.

(**) Ver Aquino de Bragança, *Independência sem descolonização: a transferência do poder em Moçambique, 1974-1975. Notas sobre os seus antecedentes*. In "Conferência sobre a Transferência do Poder em África", Harare, Janeiro 1985.

e alternativas à sua política tradicional distancia-se da acção contribuindo para o seu fracasso. A tempo, os militares sul-africanos rejeitarão esta tendência da política de Vorster e avançarão, primeiro com a Rodésia, depois sós, na via da desestabilização e agressão permanentes contra Moçambique independente.

Assim, o 7 de Setembro que consagra a representatividade e vitória da FRELIMO, torna-se, em paralelo, pela acção rodésiana e sul-africana, novo ponto de partida do plano colonialista e racista de submissão de Moçambique. O 7 de Setembro traz consigo por isso a continuação da guerra de libertação, agora contra a hegemonia do apartheid.

A FRELIMO face aos seus adversários promove paralelamente à acção de afirmação da sua representatividade, uma outra acção de isolamento do inimigo.

O esforço da FRELIMO de fazer consagrar a sua representatividade, a acção interna de aprofundamento do conteúdo ideológico da Frente e do seu desenvolvimento em formas partidárias é acompanhado, no plano nacional, por um esforço de alargamento da base social de apoio e, no plano externo, pela ampliação do leque de forças políticas que condenam o colonialismo português e apolam o programa de libertação nacional e de reconstrução das zonas libertadas.

A FRELIMO desenvolve um esforço diplomático para conquistar novos amigos e tornar mais vasta a aliança de forças que a ela se juntam na condenação do colonialismo. Multiplicam-se os contactos e missões junto das mais variegadas forças políticas que recusam o colonialismo. Cristãos-democratas, sociais-democratas, liberais, organismos religiosos, sindicais, de juventude são, progressivamente, mobilizados.

Em 1970, como culminar deste esforço, realiza-se em Roma, capital de um país membro da OTAN, a Conferência Internacional de Apoio aos Povos das Colónias Portuguesas. Nesta conferência participaram, além dos aliados tradicionais as novas forças políticas que se queria atingir.

Para garantir o sucesso da conferência, a FRELIMO, o MPLA e o PAIGC assumem uma posição rígida e inflexível acerca do conteúdo da plataforma política da conferência de Roma. As três organizações definem esta plataforma, como sendo a condenação do colonialismo português e a solidariedade com a FRELIMO, o MPLA, o PAIGC e o Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe.

Para garantir a unidade e a concentração de esforços em torno da questão principal — luta contra o colonialismo português e solidariedade com os movimentos de libertação que o combatiam — são excluídas da plataforma, qualquer referência à luta de outros povos e organizações, incluindo do Vietname e

Palestina, muito embora as organizações nacionalistas das colónias portuguesas estivessem profundamente empenhadas nessa solidariedade.

Igualmente, outras questões internacionais importantes entre as quais o desarmamento, a OTAN, o conflito sino-soviético, são excluídas, pelas mesmas motivações, da plataforma.

Este esforço unitário foi objecto de certas críticas e de pressões amigas que especulavam sobre eventuais viragens que afastassem o Movimento de Libertação dos seus aliados tradicionais. A isto respondia a FRELIMO, que, a procura de novos amigos, não implica o abandono dos amigos de sempre.

Após o encerramento da Conferência o encontro entre o Papa Paulo VI e os dirigentes da FRELIMO, MPLA e PAIGC evidencia a nova feição que a FRELIMO, o MPLA e o PAIGC conseguem imprimir à apreciação sobre a luta de libertação nas relações internacionais.

Entre os imperativos da independência política, da prossecução da tarefa principal e os deveres da solidariedade, por vezes podem surgir tensões. A FRELIMO está consciente desta realidade e, continuamente, para a resolução destas tensões procura conjugar o fio condutor do interesse nacional imediato, com a estratégia da libertação que integra o dever da solidariedade.

Neste processo, muitas vezes a FRELIMO aceita sacrificar o interesse nacional imediato.

Assim, embora Israel em 1963/64 tivesse treinado enfermeiros e dado alguma ajuda material, a FRELIMO, unilateralmente põe termo a este apoio em nome da causa da solidariedade.

O conflito sino-soviético desenrola-se paralelamente à existência da FRELIMO. Desde a constituição da Frente, tanto a China como a União Soviética são solidárias com a luta do povo moçambicano e prestam grande apoio material. Cada um, numa certa medida ofuscado pela contradição, procura directa ou indirectamente levar a FRELIMO a condenar o outro. A Frente recusa e Eduardo Mondlane directamente explica que a amizade com um, não pode significar hostilidade para com o outro. Samora Machel dirá numerosas vezes que o papel da FRELIMO como amigo de um e do outro, é de contribuir para o apaziguamento do conflito e para a reconciliação.

Esta posição implicará tensões e, de algum modo até retaliações, muito embora com o tempo, cada uma das partes tenha acabado por constatar não só a constância da amizade e solidariedade da FRELIMO, como a contribuição por ela dada para a ultrapassagem daquelas contradições.

A guerra do Biafra nos finais da década de 60 é uma questão particularmente delicada e divide a África. A Tanzânia e a Zâm-

bia retaguarda e apoio da luta moçambicana, tomam posição a favor do Biafra.

A FRELIMO defende a unidade da Nigéria. Ela detecta nas manobras portuguesas e outras em relação ao Biafra, uma repetição do processo do Katanga. Ela consegue explicar a sua posição e defendê-la, preservando em simultâneo as suas amizades tradicionais e estratégicas.

Mais graves que as tensões sobre política externa são as resultantes de ingerências externas nos assuntos internos da FRELIMO, particularmente, quando elas visam pôr em causa opções fundamentais.

Nos meados da década de 60, apadrinhado pelo colonialismo surge o chamado Comité Revolucionário Moçambicano (COREMO). Alguns países limítrofes, por deficiência de análise, falta de informação e ainda, em certos casos, em função de solidariedades pessoais de natureza tribal ou outra, tentam forçar a FRELIMO, em nome da unidade, fundir-se com esse agrupamento. A tentativa é apolada por várias forças no seio da OUA, traumatizadas pela divisão das forças nacionalistas angolanas e, mecanicamente, transpondo a situação.

A FRELIMO apreende a legítima preocupação de unidade dos seus amigos, mas, simultaneamente, prioriza a tarefa principal: a luta armada de libertação nacional e afirma então, que estando pronta a fazer concessões — incluindo a atribuição de posições e cargos aos elementos da dita COREMO — não aceitará pôr em causa a luta armada e nomeadamente, deferir a responsabilidade da direcção do combate, a quem sempre se opôs a ele.

Tendo levado os amigos a compreender a sua posição, foi possível à FRELIMO, então, neutralizar a manobra portuguesa que, sob a capa de unidade, visava fazer cessar a luta armada, através dos agentes infiltrados. De novo, no início da década de 70, o governo colonial tenta relançar a COREMO como seu agrupamento, agora no campo da luta armada. Tratava-se de dar credibilidade à COREMO numa fase em que o combate armado era a forma dominante de contestação contra o colonialismo e toda a África e, finalmente, toda a comunidade internacional, já tinha assumido que esta era a única via de luta contra o colonialismo português. Tratava-se, sobretudo, de implantar a Coremo militarmente na província de Tete, bloqueando a partir dessa posição estratégica a extensão da luta para o centro e sul. Isto permitiria, em última análise, abandonar à FRELIMO as zonas consideradas como marginais e preservar, por consequência, para a hegemonia colonialista, as zonas onde eram vitais os interesses económicos e estratégicos. A implantação política da FRELIMO no seio da população e a sua força militar na região, rapidamente aniquilaram o mal pela raiz.

Entre 1967 e 1970 no seio da FRELIMO desenvolve-se um processo de contradições.

O processo de contradição vivido no seio da FRELIMO entre 1967 e 1970, que tem como base o problema do exercício de direcção nas zonas libertadas e o estabelecimento de novas relações sociais de produção, manifesta-se nos seguintes pontos:

1. A definição do inimigo, para uns é feita com um critério de classe; para outros, funda-se na cor da pele.

2. A estratégia da guerra de libertação, para uns devendo visar a extensão gradual da guerrilha a todo o território para sua libertação; para outros, devendo consistir no ataque imediato às cidades do norte do país, para aí se instalar uma nova autoridade de Estado.

3. Os objectivos do processo de produção que, para uns, devia ser o apoio à luta de libertação e a satisfação das necessidades essenciais da vida das massas; para outros, devendo possibilitar a apropriação individual do resultado da produção, num modelo que visava substituir o explorador colonial por novos exploradores.

4. A emancipação da mulher que, para uns, deveria ser a companheira de luta engajada na guerra de libertação e no processo de produção; para outros, deveria permanecer para sempre o ser submisso, inferior e servil.

O grupo de novos exploradores, encabeçado por Simango, Nkavandame e Gwengere, com base em afinidades tribais, religiosas e em interesses de classe, encontra apoios em certos sectores de países vizinhos, para se opor à corrente majoritária dirigida por Mondlane, até o seu assassinato, por Samora Machel, depois. Esses apoios manifestam-se entre outros, pelo encerramento da fronteira em Cabo Delgado, pela protecção dada a desertores e assassinos, a prisão e a expulsão de militantes da FRELIMO desses territórios vizinhos. De novo a direcção da FRELIMO, com notável serenidade, consegue conjugar os imperativos da defesa da sua linha política, com a salvaguarda do bom relacionamento com os estados vizinhos. Ela aceita positivamente todas as tentativas de reconciliação, desde que não ponham em causa os objectivos fundamentais. Ela abstém-se de qualquer crítica pública às acções dos vizinhos.

Esta posição conciliatória e defensora da unidade ao nível interno e de bom relacionamento com os vizinhos ao nível externo, impõe-se progressivamente, permitindo isolar o grupo de novos exploradores e trazer para posições favoráveis à FRELIMO elementos que, de boa fé, nos territórios vizinhos a ela se opunham. É de salientar que também como resultado desta acção após o assassinato de Mondlane e na crise que se segue,

a posição assumida pela Tanzania, é a de apolar os que combatem de armas na mão o colonialismo, isto é, o grupo maioritário dirigido por Samora Machel.

Finalmente, do ponto de vista do relacionamento com os países vizinhos, as crises serviram para aproximar as direcções desses países e da FRELIMO. Elas conduziram a uma maior cooperação.

Samora Machel com frequência, sintetizando a reflexão da Frente sobre estes e outros acontecimentos, afirmaria a necessidade de distinção de tratamento entre os erros do amigo e a acção do inimigo.

A inteligência política e tática demonstrada pela FRELIMO, granjeou prestígio e respeito nas esferas africana e internacional e afirmaram-na tanto como força dirigente de combate, como força dirigente potencial de Estado.

O apoio político e material à causa da libertação de Moçambique torna-se, na Tanzania e noutros países vizinhos movimento de massas.

A prática em que evolui a FRELIMO, prática de luta armada, prática de direcção e edificação de estruturas de poder, prática de direcção dos processos de produção e de introdução de novas relações sociais de produção, traz à FRELIMO a experiência de responsabilidade de Estado e uma visão mais precisa sobre os imperativos e necessidades da sua política externa.

A solução das contradições no seio da Frente, porque permite um aprofundamento político e ideológico, é portadora da necessidade de uma concepção de política externa mais conforme à experiência adquirida.

A guerra no território moçambicano leva cada um, pela origem das armas e munições, a identificar sem ambiguidades amigo e inimigo.

Na afirmação exterior da sua política, a FRELIMO projecta a dicotomia encontrada. O seu não-alinhamento não se manifesta como equidistância entre os que materialmente apoiam o colonialismo e a sua guerra e os que são solidários com a causa da libertação.

A FRELIMO apreende a natureza dos sistemas sociais prevaletentes e tira daí as consequências, ao definir o Imperialismo como inimigo permanente e o campo socialista como aliado natural.

A tomada de posição no campo internacional torna-se cada vez mais engajada, situando a FRELIMO no sector político comumente definido como não-alinhamento activo.

O culminar destas tomadas de posição faz-se em 1974-1975 quando o Governo de Transição manda encerrar, em Moçambique, todos os consulados existentes, pois que eles se tinham

mantido na colónia, contra os sucessivos apelos da OUA e da FRELIMO. Igualmente, para a proclamação da Independência, só são convidados a fazer-se representar os estados e forças que apolaram a luta de libertação. A presença do Governo português, dirigido pelas forças políticas que se tinham oposto aos interesses coloniais prevaletentes após o 25 de Abril, insere-se nesta perspectiva.

A partir de 1972, e na sequência da travessia do Zambeze, o regime rodesiano envolve-se militarmente na guerra colonial ao lado de Portugal. Para a FRELIMO, o regime rodesiano não é apenas um aliado privilegiado do colonialismo, mas afirma-se, pela sua natureza de colónia rebelde, como uma ameaça permanente para a futura segurança e independência do território. Combater a Rodésia racista é também combater o colonialismo em Moçambique. A neutralização desta escalada de agressão é, pois, um imperativo da própria libertação nacional.

A FRELIMO oferece à ZAPU a possibilidade de utilizar a província de Tete e a vasta fronteira com a Rodésia, para desencadear a luta armada de libertação nacional, reduzindo assim a capacidade rodesiana de actuar no interior de Moçambique. A ZAPU mostra-se indiferente, enquanto que a ZANU solicita expressamente à FRELIMO a utilização dessa possibilidade. A ZANU, até então fora considerada erradamente, no exterior da Rodésia, como uma força política secessionista e secundária. No reconhecimento militar efectuado pela FRELIMO ao longo das fronteiras e no interior da Rodésia é constatado, todavia, que a ZANU é a força política dominante.

A FRELIMO face a estes novos dados e ao interesse manifestado pela ZANU, decide começar a apoiá-la em treino e transporte de material, fazendo de Tete uma base de retaguarda para a luta do Zimbabwe.

Este apoio à ZANU realiza-se em detrimento do que, até então, era considerado como política tradicional da FRELIMO e das forças progressistas na cena internacional, em relação ao movimento de libertação do Zimbabwe. A mudança opera-se com o fundamento da necessidade de travar a agressão e de apoiar a força principal na direcção principal do combate, em Moçambique e no Zimbabwe, a luta armada.

A aliança que se forja entre a FRELIMO e a ZANU passa a assumir um carácter estratégico permanente de defesa e promoção da causa comum da independência nacional. Esta aliança, que permite o desenvolvimento da luta no Zimbabwe e em Moçambique avara-se como um dos factores decisivos para a mudança da correlação de forças na região a partir de 1974.

A leitura destes dados feita em Pretória conduz o governo de Vorster a aceitar como facto consumado a queda do regime

colonial português e a inevitabilidade do desaparecimento do regime de Ian Smith. Pretória que procura um espaço de manobra dentro da nova situação real, toma então a iniciativa de contactar a FRELIMO. Contacta também o grupo dos países da Linha da Frente que a FRELIMO integra a partir de 1974. O objectivo é criar uma pausa e um espaço político de acção. Dos contactos e discussões resultantes, atinge-se uma plataforma de entendimento que conduziu, na altura, para uns e outros, a esse objectivo. A plataforma compreende:

1. Não interferência da África do Sul em Moçambique.
2. Retirada das forças militares sul-africanas da Rodésia, até Março de 1975.
3. Acção de Pretória junto do regime rodesiano, para a libertação incondicional dos presos políticos, incluindo Joshua Nkomo, Ndabaningue Sithole e Robert Mugabe.
4. Cessar-fogo de facto entre as forças de Smith e o movimento nacionalista, a partir da libertação dos presos políticos.
5. Negociações entre o regime rodesiano e o movimento nacionalista conducentes ao fim da rebelião e à proclamação da independência do território.

Nos seus aspectos essenciais estes compromissos foram cumpridos.

A discussão e aplicação desta plataforma implicou um novo relacionamento com a África do Sul, uma nova abordagem aos problemas da África Austral.

A estratégia relativamente à África do Sul fundada nos princípios de coexistência pacífica entre estados com sistemas sociais diferentes e mesmo antagónicos, em alternativa à confrontação militar entre estados e na região, é então promovida pela FRELIMO, com largo consenso de todos os Estados da Linha da Frente. A afirmação histórica da FRELIMO em defender a política de coexistência pacífica e um bom relacionamento com os vizinhos, acrescenta-se agora uma nova dimensão com esta estratégia de Estado, em relação à África do Sul. Com efeito, já não se trata de relações com aliados da causa da libertação nacional, com o objectivo de apolar a luta, trata-se, sim, de um relacionamento com adversários, para preservar a paz.

Com o acesso às responsabilidades de Estado a FRELIMO, passa agora o teste da sua coerência, na defesa do princípio de coexistência pacífica, em circunstâncias particularmente tensas e com um vizinho que sempre manifestou hostilidade.

O tempo provará, na sequência, que entre 1975 e 1980, data da independência da Rodésia, conseguiu-se prevenir o conflito directo militar, entre Moçambique e a África do Sul, muito embora ambos os estados se tenham empenhado em campos opostos na guerra do Zimbabwe.

CONCLUSÃO

A análise da FRELIMO sobre a sua acção, leva-a em várias ocasiões a enunciar dois princípios que, na prática, aplica também a sua política externa:

- concentrar os esforços na direcção principal;
- realizar em cada etapa a mais vasta frente possível.

A leitura da praxis internacional da FRELIMO, feita à luz dos princípios ora enunciados, retira da sombra contornos que pareciam confusos e até contraditórios.

A flexibilidade táctica constatada, a aparente facilidade em fazer concessões, que surgem até no limiar da viragem, na realidade cobrem uma definição estratégica rigorosa e uma grande coerência e consequência política e ideológica.

O equilíbrio entre o interesse nacional imediato e o dever militante, a fronteira entre a concessão e a capitulação, situam-se, para a FRELIMO, na dinâmica do relacionamento entre o objectivo estratégico fundamental a atingir e a situação ou correlação de forças encontrada. O interesse imediato, nacional ou internacional, é sacrificado, sempre que põe em causa o que foi definido e é percebido como essencial.

Essencial é, sucessivamente, a liquidação do colonialismo português e o seu isolamento no plano internacional. Essencial, é o desenvolvimento da luta armada no plano interno e a preservação das boas relações com a retaguarda estratégica da luta, os países vizinhos, o campo socialista, a unidade com o movimento de libertação das outras colónias portuguesas, o Zimbábue, a África do Sul e a Namíbia. Essencial, é a metodologia que parte sempre da necessidade e reflexão internas, para a acção externa, parte de dentro para fora. Essencial, é, finalmente, a realização progressiva da unidade nacional em torno do projecto da nova sociedade, a libertação da região do domínio colonial, racista, imperialista.

O peso sociológico do campesinato moçambicano na sociedade e por isso na FRELIMO, reflecte-se neste estilo de aproximação aos fenómenos, partindo da comunidade para abordar o exterior, numa táctica paciente que busca continuamente a realização de consensos cada vez mais vastos.

A maneira de ser dos homens, que dirigindo a FRELIMO dirigiram a sua política externa, caso de Eduardo Mondlane e Samora Machel, ou ainda dos dirigentes da política externa no período considerado, Marcelino dos Santos e Joaquim Chissano, muito tiveram a ver com esta metodologia, pois que imprimiram com as ideias, um certo estilo aos homens que a eles se subordinavam.

A ética, que muitas vezes se pretende distanciada da arte diplomática, no caso moçambicano, apareceu sempre subjacente à **démarche** política da FRELIMO.

A concepção do inimigo e a sua definição, como sendo o sistema colonial e seus agentes directos, a política de clemência para com os soldados portugueses capturados, a recusa de todos os aventureirismos pretensamente revolucionários, a condenação do terrorismo sob todas as suas formas — são outras tantas facetas desta concepção ética da luta e da política de libertação, que se encontram subjacentes à História da Frente durante este período. Elas influenciam e estão presentes embora, como dissemos, nem sempre sejam compreendidas mesmo por amigos e aliados, no que é, na sua prática e na sua acção, a política externa da FRELIMO.

Em conclusão, três características fundamentais definem essa política externa e a sua génese.

Em primeiro lugar, ela é formulada numa situação de guerra, em que a luta armada é concebida e assumida desde o seu início, como a direcção principal e prioritária da libertação e não como um mero exercício de propaganda armada. Isto significa, que, em termos de vontade política, há sempre a procura de uma coincidência total da política externa com a estratégia geral de luta, de que aquela é parte integrante. A evidência nesta fase é que, a política externa da Frente foi tanto mais eficaz e activa, quanto realmente respondeu ou contribuiu, para preparar as novas fases de desenvolvimento da estratégia de luta.

Em segundo lugar, a política externa da Frente não só foi definida, como evoluiu de acordo com o processo da luta armada de libertação nacional. Esta é a sua matriz e sua fonte de inspiração.

Por último, a política externa da FRELIMO "abre" Moçambique ao Mundo, torna conhecido o território e o seu povo, denuncia as inaceitáveis realidades do pretenso multirracismo português e a sua intransigência, obriga a constatar a inevitabilidade da luta armada.

Isto é particularmente importante por duas razões. O isolamento a que o Salazarismo procurou votar Portugal e as suas colónias, relaciona-se, sem dúvida, com uma concepção paternalista, ruralista, subdesenvolvida e totalitária da vida dos povos e da política, mas tem um objectivo bem definido: esse isolamento procura esconder a repressão que garante a mais retrógrada e cruel exploração do Homem. Por isso é objectivo prioritário, aquilo a que mais tarde, já nos anos 80, se veio a chamar "quebrar o cerco", do isolamento internacional. Nesta concepção ofensiva de política externa, a divulgação das realidades

concretas do povo e do país junto de outros povos é parte integrante da luta contra o inimigo.

Isto relaciona-se com um segundo conjunto de circunstâncias, que assumem particular importância na história da política externa da FRELIMO. Referimo-nos ao que designamos como sendo a luta pela legitimação e representatividade Internacional da Frente.

Esta luta estabelece-se nos princípios essenciais fundamentais do Direito Internacional moderno, o direito à autodeterminação e independência nacional, o relacionamento entre estados, povos e nações, baseados na coexistência pacífica mesmo entre estados com sistemas políticos antagónicos, na igualdade e reciprocidade de direitos e obrigações, na não interferência nos assuntos internos.

O que é, específico, em relação à FRELIMO durante a luta armada de libertação nacional, é a sua determinação em reivindicar aqueles princípios e aquelas obrigações para o movimento de libertação, que representa os verdadeiros anseios, aspirações e desejo da liberdade do seu povo e com ele constrói o país do futuro. Para homens como Eduardo Mondlane e Samora Machel, para a FRELIMO, são princípios que sempre foram parte da própria concepção de independência e soberania.

As vitórias alcançadas neste campo, e em particular o reconhecimento jurídico da representatividade do movimento de libertação e o seu carácter de sujeito de direito internacional, abriram importantes precedentes na cena internacional de luta, quer para a FRELIMO, quer para os movimentos de libertação seus contemporâneos, quer para aqueles que hoje, de armas na mão, prosseguem o combate libertador.

As definições fundamentais que se encontram no próprio cerne da política externa da Frente — a concentração de forças na direcção principal e a realização em cada fase da mais ampla frente de luta possível, contra o inimigo principal — estas duas características, paradigmáticas, do que é a ideologia política da FRELIMO, surgiram e desenvolveram-se ao longo de todo o processo da libertação nacional. Este processo é, portanto, não só a origem como também evidencia nas suas realizações a justiça, correcção e adequação aos objectivos populares daqueles princípios. O prolongamento daqueles princípios no espaço histórico fizeram deles a base do que é hoje a política externa da República Popular de Moçambique, os seus mais importantes vectores.

Esta continuidade conceptual constitui-se como uma exigência, porque, então como agora, o país encontra-se em guerra, numa confrontação, em que o que está em causa continua a ser a Independência Nacional, a soberania, a libertação. Então como

agora, o povo é forçado a pegar em armas para defender e consolidar as suas conquistas e o seu direito de poder escolher. Então, como agora, o objectivo é o mesmo: a paz.

BIBLIOGRAFIA

- BRAGANÇA, Aquino de — **Independência sem descolonização: a transferência do poder em Moçambique, 1974-1975. Notas sobre os seus antecedentes** in: "Conferência sobre a Transferência do Poder em África", Harare, Janeiro 1985.
- BRAGANÇA, Aquino de e Immanuel Wallerstein — **Quem é o inimigo?** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978 (Coleção Século XX-XXI) (3 vols.).
- FRELIMO — **Documentos base da FRELIMO**, 1. Maputo: Tempográfica, 1977. (FRELIMO. 3 a 7 de Fevereiro, 1977).
- FRELIMO. Congresso, 3, Maputo, 1977 — **Directivas económicas e sociais**. Maputo: Dept.º do Trabalho Ideológico, 1977. (Documentos do 3.º Congresso da FRELIMO).
- FRELIMO. Congresso, 3, Maputo, 1977 — **O Partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: Relatório do Comité Central ao 3.º Congresso**. Maputo, Departamento do Trabalho Ideológico, 1977. (Documentos do 3.º Congresso da FRELIMO).
- MACHEL, Samora Moisés — **A nossa luta**. (2.ª ed.) Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1975.
- MACHEL, Samora Moisés — **O processo da revolução democrática popular em Moçambique**. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda, (s.d.) (Coleção Estudos e Orientações; 8).
- MACHEL, Samora Moisés — **O processo revolucionário da guerra popular de libertação: Artigos colhidos do órgão de informação da FRELIMO "A Voz da Revolução" desde 1963 até 1974**. Maputo: Dept.º do Trabalho Ideológico da FRELIMO, 1977. (Coleção Textos e Documentos da FRELIMO; 1).
- MONDLANE, Eduardo — **Lutar por Moçambique** (2.ª ed.) Lisboa: Sá da Costa, 1969. (Coleção Terceiro Mundo).
- REIS, João e Armando Pedro Mulwane — **Datas e documentos da história da FRELIMO**. (2.ª ed.) Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1975.
- (Vários) — **Pela Paz: Acordo de Nkomati**. Maputo: Direcção Nacional de Propaganda e Publicidade, 1984.